

Meu Corpo é Político, Coletivo E Re(ex)sistência¹

Jéferson Oliveira Morais (UFOB)²

RESUMO

O objetivo deste trabalho repousa em analisar, a partir da minha trajetória universitária, as nuances da incidência do racismo estrutural e como suas tecnologias opressivas configuram este espaço de poder. A metodologia utilizada foi de caráter autoetnográfico, que se refere à maneira de construir um relato sobre um grupo de pertença, a partir de si mesmo. Utilizei também uma base de dados secundários referentes ao funcionamento da Universidade, junto a um referencial bibliográfico de pesquisadores clássicos e decoloniais, como Silvio Almeida, Bell Hooks, Pierre Bourdieu, Frantz Fanon, Neusa Santos Sousa, Paulo Freire, Grada Kilomba e outros, como categoria de análise. Por conseguinte, foi posto em evidência a dicotomia acadêmica e educacional que apresenta um potencial transformador e opressor para pessoas negras, visto que ao mesmo passo que ela emancipa estes corpos da alienação colonial, ela consegue amarrá-los ao fazer a manutenção do sistema Racista. Dessa forma, pode-se concluir que, embora ela apresente em sua totalidade epistêmica e na sua configuração institucional o caldo do discurso colonial, ela ainda é um dos maiores vetores para a negritude - como também outros grupos marginalizados - alcançar a tão sonhada ascensão social, e que permanecer e concluir o percurso é, sem dúvidas, re(ex)sistência.

Palavras-Chave: Performatividade. Negritude. Racismo Estrutural.

Considerações Introdutórias

Díaspóra. Desumanização. Cárcere. Subalternidade. Escravização. Chibatadas. Pedacos de pele expostos. Sangue. Dor. Dano. Luta. Revolução. Re(ex)sistência. Abolição. Liberdade (?). Segregação. Marginalização. O corpo negro sempre foi orientado a ser escravo e, até os anos 2000, esses corpos estranhos eram raros em lugares pensados para supremacia, já que aqui a raça é um fator determinante para a desigualdade social, cultural e econômica (Almeida, 2020).

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso (Souza, 1979, p. 2), é ser o Outro, estagnado na subclasse da humanidade. O racismo opera silenciosamente e se disfarça como uma falha de caráter para assegurar a opressão sistemática daqueles que são vistos como sem valor.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

² Bacharel Interdisciplinar em Humanidades (UFOB). Acadêmico do curso de Direito (UFOB). Pós-graduando em Educação em Direitos Humanos (IFSC). E-mail: jeferson.m8500@ufob.edu.br

Esta autoetnografia repousa na identificação de estratégias políticas adotadas por corpos negros vulnerabilizados no espaço acadêmico para subverter-se à incidência do racismo estrutural em suas trajetórias, como também, na reflexão sobre a potencialidade deste mesmo espaço para desconstrução de subjetividades alienadas e autoreconhecimento através de um letramento racial crítico. O objeto evidenciado é a minha trajetória neste espaço de poder, visto que ninguém, se não eu, escreverá sobre minha história e, por mais que a cultura brancocêntrica tente me fazer acreditar no contrário, a minha história é potência revolucionária para tantos outros corpos pretos ocuparem a Universidade.

Justifica-se por ser um ato político que quebra o meu silenciamento, poder falar sobre a minha história que se parece com tantas outras é contribuir para o desmonte do sistema que cristaliza minha opressão.

Desde criança, as mais diversas tecnologias opressivas do racismo estrutural interpelaram-me profundamente. Quando eu tinha nove meses de idade aprendi a falar e andar, e aos três aprendi a ler e escrever, mas nada era importante, já que uma criança negra aparentemente com facilidade no acesso ao processo de ensino e aprendizagem era perigoso demais para o ego dos meus familiares brancos.

A família do meu genitor violentava-me na ausência da minha mãe, que lutava para concluir os estudos. Uma série de calúnias foram levantadas, principalmente quando desaparecia uma quantia significativa de dinheiro das gavetas,. Ninguém que tivesse no padrão eurocêntrico era acusado, sempre fui o bode expiatório. Meu genitor, que também é um homem negro, cedia às especulações e acreditava no discurso que me criminalizava. Eu era silenciado. Minha mãe tentava me proteger, mas não tinha opção a não ser se calar.

Minha socialização secundária não foi muito diferente. Comecei a frequentar as instituições de ensino e religião precocemente, sempre fui subjugado. Estudei em uma escola pública municipal no ensino fundamental I. Sempre tirei ótimas notas, mas escutava que era minha obrigação, já que meus pais me davam o básico para sobreviver. Eles nunca levaram em consideração a exclusão, os maus tratos de professores que, com sutileza, diziam que eu não era capaz e que provavelmente trapaceava. Ingressei no ensino fundamental II e fui matriculado em uma instituição particular onde concluí o ciclo básico e médio, dispondo de uma bolsa de estudos.. Logo comecei a sofrer com o bullying, pois não performava de acordo com a heteronormatividade, era gordo e, essencialmente, preto e pobre. Logo mais, piadas homofóbicas e racistas, agressão

verbal e psicológica, segregação em sala de aula, chacota na sala dos professores perseguiram-me até o 3º ano do ensino médio.

A maioria das pessoas acreditava que eu não conseguiria acessar o ensino superior por “n” fatores, principalmente pelo inaccessível a política de cotas - que contempla estudantes negros que frequentaram o ensino médio completo em escolas públicas. Mesmo com todas as adversidades e, ainda que as condições não tenham me levado à dedicação máxima, fui aprovado em cinco Universidades Públicas e duas privadas com bolsa.

Hoje percebo a intersecção da classe, sexualidade e raça quando reflito sobre algumas situações de dissabor que desenvolveram os traumas mais complexos que, na época, ainda não compreendia. Meus comportamentos, que hoje entendo até como método de subversão, eram totalmente voltados para o meu embranquecimento - já que não havia um letramento racial crítico que permitisse a auto-identificação como pertencente à comunidade negra.

Este trabalho, a partir da metodologia autoetnográfica, foi construído a partir da imersão nas águas da minha experiência pessoal, buscando incursionar na interpretação dos eventos subjetivos relacionados à minha trajetória no ensino superior, a partir de um panorama sociocultural mais abrangente. Nessa direção, ao enredar reflexões sobre minha trajetória acadêmica, empenho-me em discernir a tessitura intrincada entre minhas vivências individuais e as questões que permeiam o tecido cultural, social e histórico em que estou inserido. Para isso, também encontro suporte na *Escrevivência*³ proposta por Conceição Evaristo. A singularidade inerente a esta abordagem metodológica reside na ênfase da subjetividade, delineando a relação intrínseca entre minha persona, enquanto pesquisador, e o objeto sob análise (Santos, 2017).

A escolha do recorte da Universidade como campo decorreu da sua contribuição para o meu processo pessoal e profissional. Estar inserido e performar nesse espaço de poder possibilitou um olhar crítico sobre as insidiosas correntes racistas que, em sua totalidade, contribuí para que pessoas como eu reproduzam o racismo e acreditem na ideologia cristalizada de que não há nada para mudá-la, apenas aceitá-la.

Dessa forma, esta autoetnografia pretende dar luzes ao silenciamento das camadas profundas da minha própria experiência, tecendo uma narrativa que transcende

³Embora a ideia de *Escrevivência* de Evaristo seja voltada para mulheres negras, aproprio-me de suas contribuições para tecer minha trajetória enquanto uma pessoa negra dissidente de sexualidade em um contexto racista e opressor.

o pessoal para abraçar o cultural e o social. Antecipo uma jornada reflexiva, na qual cada lembrança se torna uma peça no quebra-cabeça mais amplo da minha identidade, desafiando-me a explorar não apenas o "eu", mas também a teia de influências que moldam minha história.

A Dicotomia da Educação como Prática de Liberdade e Instrumento de Regulação da Desigualdade

Sempre escutei de colegas brancos sobre a possibilidade palpável de acessar instituições de ensino superior. Me encantava com a possibilidade, eles falavam com tanta convicção que aquilo era algo certo, independente se fossem espaços públicos ou privados de ensino. A alienação fazia com que eu, um menino preto e pobre, sonhasse de acordo com a ótica meritocrática que diz que se nos esforçarmos, conseguiremos ser e atuar onde julgarmos mais favorável.

A educação, antes de tomar um potencial transformador emancipatório, ela regula, articula performances, sustenta ideologias propostas por discursos dominantes e faz com que haja uma manutenção fundamentada das desigualdades sociais (Bourdieu, 1992).

Acreditou-se, por muito tempo, que o espaço escolar - público principalmente, no sentido da equidade de oportunidades - seria a maior empreitada para a garantia de ascensão social, democratização do conhecimento e, sobretudo, um catalisador dos dons individuais subjetivos (Nogueira e Nogueira, 2002).

No entanto, é preciso entender que o ensino não é transmitido/assimilado da mesma forma como pensamos acontecer. Precisamos olhar para as diferenças de classes e como isso impacta o processo de ensino aprendizagem de indivíduos que carregam consigo a antagonia de culturas advindas de seus contextos socioeconômicos particulares e são alienados pelo mito meritocrático que prega o esforço como principal ferramenta para conseguir subir a posição de status na estratificação social..

Ser preto, periférico e marginalizado são sintomas sociais que historicamente se entrelaçam como sinônimos inerentes a condição do ser, e a intolerância faz, a um certo grau, a escravização dos nossos corpos nas instituições de ensino que não nos consideram, classificando-nos na subclasse da humanidade. Aprender, nessa direção, é ousar desafiar toda a estrutura do sistema educacional. As escolas públicas têm a função primordial de apresentar os caminhos a serem seguidos pós-conclusão do ensino médio,

orientando-nos para trabalhos subalternos, desprovidos de um aprofundamento intelectual, e nos transformam em máquinas de base para rotacionar o capitalismo. A escola nunca foi neutra, na verdade, ela continua sendo o oposto: instrumento de manutenção de privilégios e desigualdade.

Ser considerado o Outro, historicamente, é sinônimo de destituição de todo e qualquer direito inalienável - e estamos falando de um direito construído contemporaneamente. Nosso marcador social nos precede, não é à toa que duvidam da nossa capacidade intelectual quando ingressamos nas instituições de ensino superior, já que toda a tecnologia opressiva foi manifestada no ensino básico, justamente para não ocuparmos esses espaços.

Refletindo sobre minha trajetória discente na educação básica e superior, percebo que vivenciamos uma universalidade de bases epistemológicas que apontam a figura branca como maior alvo de destaque acadêmico. Precisamos problematizar essa tal democratização do conhecimento que silencia as obras de Conceição Evaristo, Ailton Krenak, bell hooks, Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Milton Santos, Achille Mbembe, Angela Davis, Frantz Fanon, Sueli Carneiro, dentre muitos outros que sofrem com o epistemicídio acadêmico (Ribeiro, 2019) (Santos e Menezes, 2010), tornando-os restritos a alguns limitados espaços.

O primeiro contato que jovens negros têm com sua ancestralidade através da educação são os relatos da escravização e nos colocam nesse lugar deturpado alegando que somos descendentes de escravos, como se isso fosse intrínseco biológico e socialmente ao corpo negro. “Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino e ele é branco” (Fanon, 2008. p. 28).

Onde a gente não se vê, a gente não se imagina

Passei a minha infância, adolescência e um pedaço de tempo da minha juventude acreditando que espaços como a universidade não eram para corpos como o meu. Aprendi desde cedo, com as histórias de meu avô, que o estudar era muito difícil para pessoas que não tinham condições financeiras e não tinham inteligência. A verdade é que, assim como meu avô, eu cresci aprendendo que meu lugar era o da servidão, sem alternativa ou expectativa de ascensão social. Embora fosse uma criança bem comunicativa, tudo que eu dizia era motivo de dúvidas e de questionamentos que me

invalidavam, gerando inseguranças. Não entendia direito, até beber do caldo de um discurso crítico, sobre o qual discorrerei mais adiante.

Onde não nos vemos, não nos imaginamos. Se me perguntassem, em 2019, o que queria ser profissionalmente, eu não saberia responder, afinal, tudo era muito abstrato e eu não conseguia me enxergar em um futuro que se afastasse das diligências estruturais pensadas para pessoas negras.

Em 28 janeiro de 2020, acessei o site do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e me deparei com a carta de aprovação na segunda opção de curso da tão utópica - pelo menos para mim - Universidade Federal, na categoria de cota regional - ter concluído o ensino médio em uma instituição privada de ensino impossibilitou o uso da cota racial. A inclusão, deste modo, veio pelo processo de interiorização das universidades públicas. Ainda sem nenhum tipo de informação, providenciei a documentação desesperançoso, já que na minha cabeça, pobre não poderia fazer curso superior, principalmente tendo que viver em outro município. Desde antes de fazer a matrícula eu já estava preocupado em como sustentaria a empreitada de sair de casa aos 17 anos, sem um emprego eminente e sem apoio financeiro do meu núcleo familiar⁴.

Em meio a muitas dificuldades, desloquei-me do meu município natal, Macaúbas, e vim para Barreiras me vincular ao curso. Após efetuar o processo de matrícula, minha cabeça ecoava apenas uma coisa: “vou trabalhar durante o dia, estudar durante a noite, vou fazer o que precisa ser feito e passarei despercebido, sem me envolver com outras atividades para além das necessárias”.

Mas no dia 18 de março, apenas uma semana após o início das aulas, eu tive que retornar. O sonho de começar a graduação foi interrompido e adiado pela pandemia da COVID-19. Apesar da emergência sanitária que o contexto representava, nunca me senti tão aliviado, no sentido de: “agora posso respirar tranquilo, vou voltar para a casa dos meus pais e não precisarei me preocupar com as despesas de manutenção da vida”.

A UFOB possui programa de permanência, mas nunca fui contemplado. A desinformação é muito perigosa e a burocratização dessas políticas fez com que eu não acessasse o benefício. Meu auxílio foi negado porque, aparentemente, tenho recursos financeiros para subsidiar minha permanência na Universidade, mesmo minha mãe sendo trabalhadora informal, não-remunerada adequadamente, já que as normativas da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) não a respaldam. Não há política alguma de permanência para pessoas negras, o que concerne à grande evasão de pessoas negras no

⁴Ver: [Acesso ao ensino superior: os desafios no Brasil | Instituto Unibanco](#)

ensino superior, reproduzindo uma lógica em que a maioria não consegue se sustentar na cidade em que o campus se localiza, em virtude do histórico financeiro e do aumento gradual das despesas básicas para a sobrevivência. Ou não conseguem desempenhar com excelência as demandas do curso pelo fato de, em grande parte das vezes, trabalharem oito horas diárias, o que influencia diretamente na decisão de abandonar a graduação, visto que precisam do salário para sobreviver (Costa e Picanço, 2020).

De março até setembro de 2020, a UFOB ainda não havia implementado o ensino remoto emergencial. Sentia-me, a cada dia que passava, mais insignificante e acéfalo por estar estacionado no tempo, ao passo em que sonhava com a possibilidade de viver a experiência universitária.

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo adaptações no cenário educacional, visando minimizar as dificuldades dos estudantes nessa condição. Flexibilizações nas modalidades de ensino, como a oferta de aulas remotas e gravações disponíveis posteriormente, apresentaram-se como alternativas viáveis para aqueles que precisam conciliar suas jornadas de trabalho e estudo noturno. Esse ajuste temporário proporcionou uma relativa superação das barreiras impostas pela incompatibilidade de horários.

Contudo, é importante reconhecer que essa flexibilização não alcança uma universalidade efetiva. A transição para o ambiente virtual depende, em grande medida, da disponibilidade de recursos tecnológicos, como dispositivos adequados e conexão à internet. Este ponto revela uma faceta excludente, uma vez que estudantes de classes sociais mais baixas podem se encontrar em desvantagem, enfrentando obstáculos adicionais para participar plenamente das aulas remotas⁵.

A disparidade de acesso às tecnologias necessárias, não apenas ressalta as desigualdades socioeconômicas preexistentes, mas também reforça a necessidade contínua de estratégias inclusivas no cenário educacional. Medidas que visem proporcionar igualdade de oportunidades, como subsídios para dispositivos e conectividade, tornam-se imperativas para mitigar a exclusão digital e promover uma educação verdadeiramente acessível a todos os estratos sociais.

Em setembro de 2020 as aulas da UFOB retornaram virtualmente, a partir da adoção do Ensino Remoto Emergencial, e eu comecei a me agarrar à ideia de que seria

⁵ Ver: [Exclusão digital: sem acesso à internet, jovens abandonam os estudos e relatam as dificuldades na pandemia | Rio de Janeiro | G1](#)

possível alcançar a diplomação, acreditando fielmente que as atividades remotas durariam até o meu último período.

Em uma da aula sobre “*O processo civilizador*” de Norbert Elias, descobri minha paixão pela área das ciências sociais. Naquele dia eu senti uma inspiração tremenda, eu queria ser como aquela professora.. Hoje entendo que estava tentando ascender socialmente em busca de uma categoria de humanidade que é ser branco (como ela), destituindo-me de minha identidade étnico-racial (Souza, 1979).

Para o negro o ideal de Ego é conflitante porque, simbolicamente, ele não pertence a este mundo. Então, ele começa a pensar sua existência a partir do sonho de uma ascensão social que vai embranquecendo-o decorrente da fetichização do branco, da brancura (Souza, 1979). E como o negro é desumanizado, ele almeja e tenta se igualar ao branco para ter sua humanidade reconhecida, estabelecendo um complexo de dependência fomentado pela sociedade que depende de sua manutenção para existir (Fanon, 1952).

Eu não tinha acesso a um notebook, executava todas as atividades pelo celular. Primeiro copiava no caderno e depois transcrevia digitalmente. A estrutura da minha casa também não ajudava, no período de chuvas as goteiras alagavam e penetravam todos os cômodos. O processo foi muito difícil e doloroso. A sobrecarga resultante dessa lacuna estrutural, aliada às pressões socioeconômicas agravadas pela pandemia, levaram-me a pensar em desistir. A desigualdade no acesso a recursos básicos de aprendizado não apenas comprometeu a equidade educacional, mas também perpetua disparidades sociais, uma vez que estudantes com menos recursos enfrentam desafios adicionais para persistir em suas trajetórias acadêmicas.

Tenho medo de que minhas vivências sejam categorizadas meritocraticamente, porque o discurso meritocrático é muito perigoso, a ascensão social vista deste ângulo dá a falsa impressão de que se trabalharmos duro, conseguiremos alcançar o que almejamos. Mas o que digo aqui não é sobre esforço, é sobre re(ex)istência e resiliência. Encontrei modos de subverter as expectativas e permaneci desobediente. Muitos, infelizmente, ficam no meio do caminho, pois não encontram recursos e forças para resistir.

A falta de tempo e recursos adequados para se dedicar integralmente aos estudos torna-se um fator limitante, gerando um ciclo desafiador de expectativas não atendidas. Esse cenário não apenas ressalta a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas, mas também demanda uma abordagem sensível às complexidades

enfrentadas por estudantes negros. O reconhecimento das desigualdades estruturais subjacentes é crucial para desenvolver estratégias eficazes que busquem mitigar esses obstáculos.

Precisamos nos atentar ao fato de que o mal desempenho quantitativo também é um fator crucial para entendermos a evasão de pessoas negras no Ensino Superior. A falta de representatividade e o contexto socioeconômico desigual desempenham papéis cruciais nesse cenário. A representatividade é fundamental para o engajamento e a identificação dos estudantes com o ambiente acadêmico. A falta de um quadro amplo de professores e profissionais negros pode criar um ambiente no qual os estudantes se sintam inadequadamente representados, o que pode influenciar sua autoestima e percepção de pertencimento. A ausência de modelos apropriados afeta diretamente a confiança dos estudantes, refletindo-se também em suas notas. A percepção de inadequação, resultado do desempenho inferior, pode gerar um impacto significativo na nossa autoestima. O sentimento de incapacidade de acompanhar seus pares gera a abandono do ensino superior como uma forma de evitar a persistência em um ambiente percebido como hostil.

Continuei estudando muito, adotei outra visão do que queria ser e de como usaria essa bagagem como tecnologia de combate ao que estivesse de errado no corpo social. Em 2021, investigando minhas possibilidades, perguntei para uma colega qual seria o percurso que eu deveria traçar para ingressar no mestrado. Ela também não sabia ao certo e perguntou para um professor o que seria necessário. Ele respondeu que o estudante deveria ter produções para concorrer, como artigos publicados, ser bolsista de iniciação científica, participar de projetos de extensão, apresentar trabalhos nas diferentes modalidades em congressos e eventos científicos, para compor o Currículo Lattes. Logo, eu me via um desistente, não acreditava que tinha capacidade para alcançar esses méritos. Aqui uso este termo para denunciar a forma negligente com que grande parte das bolsas são ofertadas - o histórico é levado em consideração e sabemos bem qual é o corpo que precisa trabalhar o dia todo para sobreviver e qual tem o privilégio de priorizar somente a carreira.

Aprendi muito cedo a desistir das coisas, então a anestesia antes da retirada de algo que nunca viveria era certa. Antes de dar errado, encontrava mecanismos para auto sabotar o que estava ainda na abstração. O poder hegemônico produz desvantagens e privilégios a partir da raça, ditando o que podemos ou não realizar e as instituições fazem a sua manutenção, pois “são modos de orientação, rotinização e coordenação de

comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (Almeida, 2018, p. 29).

Apesar disso, estava conquistando alguns espaços de poder. Tornei-me representante discente no colegiado no segundo semestre do curso, no ano de 2021. Um professor me notou no momento em que leu dois trabalhos para o componente, indagando-me porque havia escolhido trabalhar a temática de gênero e sexualidade e se surpreendeu quando eu disse que ainda estava no segundo semestre do curso. Elogiou a minha escrita e afirmou que eu demonstrava aptidão para a pesquisa. Na ocasião, ele me convidou a fazer um processo seletivo para o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o mesmo que eu havia descartado a possibilidade de atuar porque não me sentia digno ou capaz para tentar. Escrevi a carta de intenção e, quando saí da entrevista, eu era um bolsista de Iniciação Científica vinculado ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Aquela oportunidade significava muito, tanto em termos materiais como simbólicos. Vi naquela bolsa, que para muitas pessoas era um valor tão obsoleto, a oportunidade de concluir minha graduação. Mudei-me novamente para Barreiras no início de 2022, com o recurso financeiro da bolsa de iniciação científica.

A vivência acadêmica, permeada pela busca incessante por conhecimento, atinge um ponto crucial com a oportunidade de acesso a bolsas de iniciação científica. Em meu percurso universitário, experimentei o impacto transformador dessa concessão, que vai além do respaldo financeiro. A trajetória, no entanto, é marcada pela sombra dos cortes de bolsas, uma realidade que reverbera na pesquisa em ciências humanas - que sabemos bem o quanto é desvalorizada.

Minha própria jornada reflete essa dualidade, entre a gratidão pela oportunidade de ter vivenciado o “enriquecimento” proporcionado por uma bolsa de iniciação científica e a preocupação diante da constante ameaça dos cortes.

Para além da situação socioeconômica, a experiência PIBIC modificou profundamente minha subjetividade e fez com que eu conseguisse abraçar a minha identidade enquanto dissidente de sexualidade, a qual eu lutava para matar pelos discursos de ódio disseminados no seio das instituições sociais, principalmente, pela instituição religiosa na qual estive inserido grande parte da minha vida, que se encarregou de postular ideologias que corroboram para não reconhecer a beleza da minha subjetividade, postulando-me como um monstro (Butler, 2006).

Ainda em 2021, cursei componentes onde as discussões viraram a chave psicossocial que eu precisava para me reconhecer enquanto um homem negro, periférico e marginalizado. Nunca me vi como preto, e é até irônico pensar que foram epistemes brancas que fizeram o meu sentido aflorar e surgir como potência revolucionária. Não descansi até beber tudo que estava ao meu alcance para entender a incidência do racismo estrutural e a demonização dos corpos da negritude.

Me compadeço e entristeço porque vejo que essas minhas leituras decoloniais ainda não foram suficientes, em razão da estrutura curricular do meu curso. À luz de Melo e Ribeiro (2019), é possível identificarmos que a estrutura eurocentrista dos cursos de graduação perpetua desigualdades e limita a diversidade de perspectivas no ambiente acadêmico. Ao centrar-se predominantemente em paradigmas, autores e teorias europeias, tais cursos marginalizam e descredibilizam conhecimentos e epistemologias de outras culturas e regiões do mundo. A resistência ao eurocentrismo não busca negar a importância das contribuições europeias, mas sim questionar a centralidade única atribuída a essas perspectivas.

Quando 2022 se iniciou, o medo de não conseguir concluir a graduação me cercava novamente com a volta do ensino parcialmente presencial. Compreendi, a partir de uma ótica mais crítica, que a universidade não era um espaço feito para mim e para os meus frequentarmos. A qualquer momento eu poderia desistir pela falta de recursos, já que a durabilidade das bolsas de iniciação científica é de apenas um ano, já que não havia, e ainda não há, nenhuma política de permanência direcionada especificamente para pessoas cotistas e negros não cotistas.

Nesse período, fui convidado para compor a monitoria do projeto de extensão *Letramento Crítico Racial*, proposto por docentes mulheres negras que, através desse curso, teceram uma rede de apoio composta por pessoas pretas de todo o país. O trabalho não era remunerado, mas fazer parte daquele grupo tornou a minha permanência mais sadia, visto que passei a ressignificar minhas vivências passadas a partir do reconhecimento racial que me aproximou da memória histórica e política da negritude. Quanto mais eu estudava, mais eu buscava me inserir em uma formação mais decolonial possível, ainda que por caminhos alternativos e mesmo estando na reta final do meu curso (e nos componentes curriculares continuar bebendo de referenciais eurocentrados propostos em seus planos de curso), no intuito de abraçar e produzir sobre minha identidade e meu povo.

Marques (2018) apresenta um estudo que aponta que os acadêmicos negros depois de ingressar na universidade, mesmo sem nenhuma política financeira eficaz que assegure sua permanência, encontram caminhos para abraçarem sua subjetividade e fortalecerem seu pertencimento identitário por meio do contato com algumas disciplinas “transgressoras” e a participação em projetos de extensão e de pesquisa que estabeleçam o debate sobre raça, racismo e relações étnico-raciais, fazendo com que sua diferença negra tensione a cultura universitária. Embora embranquecida, reforço que a academia ainda é o principal caminho para ocupação dos acessos que nos foram negados.

Em julho de 2022, tentei concorrer novamente ao recurso do auxílio permanência ofertado pela universidade, mas sem sucesso novamente, dessa vez pela falta de informação de como submeter os documentos via SIGAA. A bolsa PIBIC estava a findar e ainda não estava vinculado ao mercado de trabalho, o que quase me fez trancar o curso e voltar para o meu município de origem. Mais uma vez, fui surpreendido quando recebi a ligação de uma docente, que me convidou para ser seu bolsista de iniciação científica, dessa vez vinculado a FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Então, novamente, a experiência na iniciação científica fez com que eu permanesse, para além de toda bagagem intelectual adquirida, tornando-me mais amadurecido para a pesquisa.

Entre outras experiências, fui monitor e membro da organização de mais dois projetos de extensão, publiquei um artigo e me via cada vez mais perto de realizar aquele sonho do mestrado que parecia utópico no primeiro momento. Pouco a pouco fui potencializando o pesquisador, professor e ativista social que passei a sonhar ser. Conquistei espaços que antes não eram possíveis. Finalizei 2022 como membro de dois grupos de pesquisa e iniciei o ano letivo de 2023 de uma maneira diferente. A partir dessas experiências senti que era possível a materialização do que tanto idealizava para minha vida. Comecei a estagiar na área de educação, estava elaborando projetos e atuando na iniciação científica. Meu histórico acadêmico refletia o quão comprometido eu estava para ir de encontro às estatísticas que classificam a negritude na sub-humanidade.

Encontrei profissionais negros na Universidade que me abraçaram, que tentaram e tentam desmontar essa estrutura eurocêntrica que permeia a episteme universitária, para que pessoas como eu, sem direcionamento, consigam se enxergar em posições de status de influência, relevância e poder.

No final de março de 2023 submeti o resumo de uma pesquisa etnográfica para apresentação em um evento internacional. Em abril de 2023 recebi a carta de aprovação, gerando um misto de felicidade junto à preocupação. Como eu conseguiria custear a ida para um evento como esse, sem o apoio financeiro da universidade? A princípio enviei uma carta para os setores da universidade, solicitando o auxílio, mas não obtive sucesso. Não satisfeito com a resposta, movimentei as estruturas da universidade, juntei-me ao movimento estudantil que buscava melhorias para os cursos e, em uma das reuniões promovidas pelo atual Reitor, quebrei protocolos e indaguei sobre a realocação de verbas e sobre o racismo institucional encarnado que não permitia a minha vivência do tripé universitário - ensino, pesquisa e extensão. Dias depois foi publicado um edital para participação de estudantes em eventos externos, que contemplou não só a mim, mas vários outros estudantes com desejo de acessar lugares de democratização do conhecimento.

Ihering (2002) admite que, sem confronto, os direitos muitas vezes permanecem inacessíveis para os grupos subalternizados, pois a inércia do poder estabelecido pode perpetuar estruturas discriminatórias. A luta é uma afirmação de dignidade e uma demanda por reconhecimento. É através do conflito que as desigualdades são trazidas à luz, obrigando os dominantes a confrontarem suas próprias visões e preconceitos.

Não consigo descrever o quão importante foi acessar aquele espaço que nunca antes havia sido cogitado. É imensurável e faltam-me palavras para denotar a experiência de performar em espaços embranquecidos, esmagando a ideologia cristalizada que meu corpo só serve para produzir trabalho braçal. No entanto, ainda não consigo enxergar qualquer estrutura se quebrando, há modificações porque precisamos nos espremer, brigar, sangrar para caber nesses lugares, lutando todos os dias para termos o mínimo de reconhecimento e validação. Nossa presença nesses ambientes causa fissuras na realidade e encorajam que mais pessoas negras se percebam como atores sociais ativos, produtores de conhecimento (Sousa Lima et al, 2022)

Não obstante, após o evento, e em decorrência dos contatos estabelecidos durante essa experiência, participei de mais dois eventos científicos que ocorreram, dessa vez em formato virtual, gerando experiências e interlocuções significativas na finalização do meu curso de graduação, bem como projeções fundamentais para se pensar em uma pós-graduação.

Em contrapartida, relatar minha trajetória profissional e pessoal na universidade vai para além de somente expor o seu potencial transformador. É necessário lançar luzes

sobre as situações de dissabor que enfrentei durante o período da graduação e evidenciar a forte presença da face do racismo institucional, como também falar sobre como esse processo afeta não só o meu, mas o psicológico da negritude enquanto unidade.

Indago aqui: quais são os marcadores sociais que permeiam os corpos que consequentemente configuram a imagem social de um ser humano? Butler (2015), ao falar que a materialidade é intrínseca à ação social, maximiza o olhar para nossos corpos e começamos a percebê-lo dotado de sentidos sociais. A mente passa a ser efeito do corpo, e toda a sua ontologia configura-se a partir das disposições que carregamos e como elas são lidas, reconhecidas socialmente. A definição de espaço, para ela, também é importante levarmos em consideração, porque ao assumirmos que o corpo produz materialidade e é material, o sentido do espaço é o sentido do corpo que habita. E sua identidade é resultado de onde ele toca, de onde ele vive e de todos os equipamentos que possibilitam a ação, permitindo-nos enxergar que “[...] a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do ‘outro’, ‘diferente’, ‘estranho’, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo” (Ianni, 2002, p.8).

O lugar do silenciamento é confortável e é a maior violência por nós enfrentada. É a política racista de manutenção do privilégio branco. Copiosamente, em momentos síncronos de aula, mesmo sabendo a resposta correta, não levantava a mão para contribuir significativamente para a discussão, seja por medo ou por vergonha de estar errado e acabar sendo ridicularizado pelo professor ou pelos meus colegas. Quando eu chegava à sala, sentia a necessidade de falar que era bolsista e que conseguia dar conta de mil projetos, para não sofrer qualquer tipo de desconforto, para me sentir incluído naquele espaço na esperança de alguma forma ser visto, reconhecido.

Não há espaço para o colonizado falar quando ele está inserido em um lugar estruturado pelo colonizador, seu lugar é a margem. Na posição de ouvinte/receptor, a maneira que eu encontrei para me fazer ouvir foi a escrita, já que o espaço determina quem pode falar (Kilomba, 2019), e eu carrego o marcador social das desigualdades integrado no meu sangue.

Quantas pessoas como eu tiveram a oportunidade de acessar o PIBIC ou o PIBIEX na graduação, levando em consideração que o processo seletivo envolvia a análise de histórico escolar? Quantas conseguem apresentar suas produções? Quantas permaneceram diante as mazelas socioeconômicas em virtude a uma política ineficaz de subsídio alimentar? Quem consegue levantar a mão para falar em sala de aula para

questionar ou contribuir com o conhecimento? Qual o preço emocional de ser preto dentro de uma máquina branca? (Kilomba, 2019). Precisamos assumir que a Universidade não é um espaço neutro de absorção e produção de conhecimento, e sim um espaço de violência (Kilomba, 2019) que mói nossos corpos e destroem nossas expectativas.

São incontáveis as vezes em que fui subestimado, segregado e comparado a colegas brancos. Eu precisava provar que era digno de estar ocupando esse espaço, e ainda preciso, porque sabemos bem como o capitalismo e a colonialidade mensuram os indivíduos de acordo com a sua capacidade e os divide em cérebro - não vende sua força de trabalho e assina competência no âmbito intelectual, se for branco - e corpo - vende sua força de trabalho e jamais foi visado como portador de capital cultural, intelectual, financeiro, simbólico, se for negro - e é também o instrumento do Estado responsável por fazer a manutenção das desigualdades sociais (Marx, 2008).

É possível conceber que as instituições delineiam o hábito humano de acordo com um código de etiqueta rico em normativas sociais (Elias, 1994) que, de uma maneira tão sutil e imperceptível, padroniza decisões, sentimentos, preferências e controlam a construção da identidade de seus atores. Seu modo mais eficaz de disseminação é através dos veículos de comunicação, nos quais são retratados, majoritariamente, o triunfo da brancura com o falhanço da negritude envolvidos em cenários de disputa meritocrática ou no disparate sem exceção na escala de pessoas negras para interpretar papéis coadjuvantes de servidão, marginalização e criminalidade.

A política de extermínio incita, a priori, a destruição de si mesmo no pleito do tornar-se branco (Souza, 1979). Temos que amá-lo à ponto de querer ser igual, simbolicamente, para ser incluído e, bebemos do caldo da colonialidade quando olhamos no espelho e enxergamos a feiúra, a hipersexualização que tanto reforça a objetificação, o nojo, a repulsa e a vergonha. O sentimento de inferioridade nos escraviza e interfere diretamente na maneira como nos relacionamos afetuosamente com outrem (Fanon, 1952), e esse, predominantemente, será um branco(a) - acreditamos que teremos uma porcentagem de valor, tornando-nos dignos, se formarmos pares com os pertencentes a elite da supremacia.

Mesmo sabendo de tudo, a identidade forjada no ideal de Ego (Fanon, 1952), faz com que a brancura seja essa potência imaculada, majestosa, moral, sábia, justa, impecável e bonita. De acordo com Souza (1979), existe um processo de formação de ego que começa desde o nascimento do indivíduo, este é ligado à mãe e faz com que ela

e a criança sejam uma coisa só. O segundo refere-se ao afeto materno que faz a criança se tornar narcisista. A terceira corresponde aos pares, a socialização terciária e quebra a visão de centro de mundo narcisista adquirida.

Na tentativa de chegar à identificação mais aproximada da branquitude, o negro se aliena e se insere em um discurso de democracia racial que faz ele conceber as atrocidades como falta de caráter individual e não como sistema que agrupa forças para extingui-lo da vida. Ele passa a abrir mão do diálogo, do conflito, de dizer que o mundo é branco e começamos a questionar

[...] Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços? (Munanga, 1999, p. 17)

O racismo atua com tanta excelência, que muitas pessoas pretas não conseguem se identificar com a luta ancestral, que se iniciou com as resistências pós-invasão do continente africano e acabam imobilizadas, jogadas ao esquecimento.

O silenciamento da negritude é real e é uma das tecnologias mais eficazes para a perpetuação do racismo estrutural, porque ela mata o negro de fora para dentro e de dentro para fora. O embranquecimento aliena e a dor faz com que pessoas pretas almejem alcançar um espaço nunca visto para seus corpos, mas que garante sua humanidade.

Enquanto não bebermos do que a negritude tem a oferecer, continuaremos no ciclo vicioso que dá ao branco poder sobre as nossas vidas. Precisamos ler textos científicos e literaturas, assistir filmes/séries/novelas, escutar músicas e outras produções socioculturais que tenham como criadores/protagonistas pessoas pretas, para que assim jovens de cor, periféricos ou não, tenham alguém de sua etnia em que possam se reconhecer e se espelhar para ascender socialmente, sem apossar-se de qualquer discurso dominante meritocrático que beire ao mito da democracia racial.

A branquitude tem medo de pessoas pretas letradas racialmente. Por isso temos a responsabilidade de escrever, escrever para emancipar, para dar luzes ao que está implícito, para despertar quem está adormecido, para emancipar quem está aprisionado e, principalmente, para impulsionar os movimentos sociais raciais que esmagam a realidade e reverberam a política existencial pensada pelos nossos ancestrais.

Precisamos dar nome às opressões, não dá para combater o desconhecido (Ribeiro, 2019). O que está invisível, infelizmente, já está remediado e é necessário

desmistificar para começarmos a pensar em como esta tecnologia arbitrária interpela a incorporação de uma subjetividade que agride o aparelho psíquico de pessoas negras. A compreensão do seu funcionamento possui o potencial de denunciar a perversa engrenagem social que o sustenta, e que, talvez, coopere com o seu desmonte. Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem (Luxemburgo, 2015).

Considerações Finais

O sistema caça nossos corpos. A princípio ele corta nosso vínculo com a ancestralidade, para não nos reconhecermos enquanto negros e faz com que nossa imagem seja regada de contribuições pejorativas. O pertencimento que engaja a luta antirracista se quebra, para então a segregação e escravização dos nossos corpos continuar sistêmica. A educação, ao mesmo passo em que emancipa, também retira. Os índices estão dispostos e sabemos bem quem consegue acessar e permanecer com qualidade no ensino superior - muitos como eu não conseguem concluir o ciclo escolar.

No espaço universitário ocorrem encontros entre indivíduos de diferentes origens étnico-raciais e torna-se necessário reconhecer que as relações de poder estão intrinsecamente ligadas à construção social da raça. O racismo, enquanto sistema de opressão, permeia as interações cotidianas e influencia a forma como os indivíduos são percebidos, valorizados ou discriminados.

O objetivo deste trabalho repousou na análise da trajetória de um homem de pele preta que lutou e luta todos os dias contra a sua opressão, para que outros possam se identificar e perceber que é possível concluir a graduação e vivenciar a tão utópica ascensão social. Ressalvo também que este trabalho não está terminado, pretendo desenvolvê-lo em programas de pós-graduação futuros, com o intuito de alcançar mais vozes e registrar narrativas que, infelizmente, ainda estão em situação de silenciamento.

Contudo, apesar dos pesares, estar em uma universidade - ainda que com limitadas oportunidades - é revolucionário. A instituição universitária, através de suas fissuras produzidas por pessoas negras que resistiram e questionaram esse espaço antes de mim, emerge como uma potente agente de transformação na vida de indivíduos pertencentes à comunidade negra. Além disso, precisamos pensar como esse ambiente de aprendizado e pesquisa atua como ferramenta emancipatória, rompendo correntes

invisíveis que historicamente subjugarão as vontades e aspirações da negritude diante das estruturas hegemonicamente brancas.

Escutei, muitas vezes, que o racismo vence todos os dias. Mas minha escrita, minha vivência – minha “escrevivência”- e meu corpo são políticos, e contribuem dia após dia para o seu desmonte.

Hoje, não só por mim e sem nenhum temor, posso gritar: SOU PRETO e, há 21 anos, estou contrariando as estatísticas sistemáticas que previram meu corpo marginalizado. Hoje, sou o que meus ancestrais tanto sonharam há mais de 300 anos: Letrado, ativista, pesquisador e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades. E não vou parar por aqui, não descansarei até atestar que consegui facilitar o caminho para os meus.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Raça e Racismo. In: **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção. Feminismo Plurais, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Difel. 1989.

BORDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, A. A.. **Rompendo barreiras educacionais: negros no ensino superior**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 163–167, jan. 2004.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**, Barcelona, Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARNEIRO, Luci Annee Vargas. **Desempenho Acadêmico no Ensino Superior: uma análise contextual**. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

CARVALHO, Alba Maria Pino de. **A Luta por Direitos e a Afirmação das Políticas Sociais no Brasil**. Revista Ciências Sociais, v. 39 n. 1, ufc 2008

COSTA, Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. **Para Além do Acesso e da Inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior**. Novos estudos CEBRAP, v. 39, n. 2, p. 281–306, maio de 2020.

COSTA, Gilberto. **Entrevista: negros têm mais dificuldade de permanecer na universidade: Com aumento de negros na universidades foco deve ser na permanência**. Agência Brasil, Brasília, 20/11/2020.

DA SILVA, Rosenildes Lacerda; DE FREITAS, Florence Cavalcante Heber Pedreira; LINS, Maria Teresa Gomes. **A implantação do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: um estudo de caso**. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, v. 6, n. 4, p. 147-170, 2013.

ELIAS, Norbert (1990) [1939], **O Processo Civilizador**: vol. 1 – Uma História dos Costumes, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2008.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. 1952.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educ. Rev., Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006.

FREIRE, Paulo. [1967]. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra: 1975.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984 – **Os Anormais: Curso no Collège de France** –SP: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **On the Government of the Living: Lectures at the Collège de France, 1979-1980**. Edited by Michel Senellart. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

Hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

IANNI, Octavio. **A Violência na Sociedade Contemporânea**. IN: Revista Estudos de Sociologia, v. 7, n.12, 2002, p. 7-30.

IHERING, Rudolf Von, **A Luta Pelo Direito**, São Paulo: ed. Martin Claret, 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?**. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2015.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra**. Revista Brasileira de Educação, v. 23 e230098, 2018.

MELO, Alessandro de. RIBEIRO, Débora. **Eurocentrismo e Currículo: Apontamentos para uma Construção Curricular não Eurocêntrica e Decolonial**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.4, p. 1781- 1807, 2019.

MORAIS, Jéferson O. **Demonização do Negro: uma história de desigualdade, intolerância e discriminação**. Revista Seconba, Bahia, v. 6 n. 1, 2022.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 78, Abril/2002.

OLIVEIRA, Amanda Santos Ribeiro de .; SILVA, Ivair Ramos. **Políticas de Inclusão Social no Ensino Superior Brasileiro: Um Estudo Sobre o Perfil Socioeconômico de Estudantes nos Anos 2010 a 2012**. Educação em Revista, v. 33, p. e153900, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Bahia, 329–344, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios**. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.